

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA ESPECIAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 03 DE MAIO DE 2001, NO AUDITÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - AV. AFONSO PENA, 2.336 14º ANDAR .**

Aos três dias do mês de maio de dois mil e um, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, às 15:00 horas, a presidente do Conselho Municipal de Saúde, Anadil Benedita Ruhnau, iniciou a reunião fazendo a leitura de pauta: Informes gerais; 2 - Votação da proposta de atas das reuniões do CMS/BH dos dias 15/03 e 05/04/2001; 3 - Apresentação do Plano Municipal de Saúde; 4 - Política Municipal de Medicamentos; 5 - Assuntos Gerais; 6 - Encerramento. O conselheiro Evaristo Garcia pede a mesa que marque uma reunião com a Drª Carmem Lúcia Antunes Rocha, procuradoria geral do estado para conversar sobre o refinanciamento das dívidas das empresas com instituto nacional de seguridade social e sugere uma comissão formada por: Anadil, José Osvaldo, Joana, Geraldo Eustáquio para estarem presentes nesta reunião. A conselheira Maria da Glória informa que a questão da Dengue está voltando na regional Venda Nova, disse que fez uma reunião com os órgãos da PBH para discutirem principalmente a questão do lixo com a população. O conselheiro Geraldo Eustáquio fez uma denúncia sobre as péssimas condições de atendimento na Policlínica Antônio Cândido, situado à rua Gentios, 1420, Santa Maria, referente ao local de exames de Audiometria e pede a mesa diretora do CMS/BH para solicitar a SMSA para verificar as condições das policlínicas. O conselheiro local de saúde do centro de saúde Ermelinda, Nesito Francisco, reclama da falta de medicamentos e a falta de médicos no centro de saúde. A conselheira municipal Efigênia informa que na próxima segunda-feira, dia 08/05/01, o conselho distrital de saúde do Barreiro estará voltando a se reunir para discutir a realização da conferência distrital de saúde do Barreiro e a apresentação da nova diretora do distrito sanitário Barreiro e pede para o representante da mesa diretora para participar da reunião, também pede que os centros de saúde não fechem suas portas nos pontos facultativos. A presidente do CMS/BH, Anadil disse que certamente essa discussão vai ser feita com a SMSA. O 1º secretário do CMS/BH, Paulo César Machado relembra que o ponto facultativo não é feriado e que este assunto vai ser discutido entre a SMSA e os trabalhadores da rede, que talvez nestes momentos a SMSA poderá em cada regional destacar alguns centros para abrir nestes dias de ponto facultativo para atender urgências e emergências. A conselheira Joana disse que os pontos facultativos é um direito que os trabalhadores tem durante muitos anos e que os centros de saúde orientam a população a procurar as urgências da PBH. Segundo ela o caos da saúde no dia do ponto facultativo, foram os usuários vindos da cidade do interior causando o inchaço das UPA's e dos hospitais de urgências. Informou também que está havendo problemas no cadastramento de familiares da área de abrangência do centro de saúde Nova York, por causa da divisa com a cidade de Vespasiano e que a diretora do Distrito Sanitário de Venda Nova, Drª Inês disse que está tomando as providências. O conselheiro Roberto dos Santos denuncia o abandono pela SMSA do prédio do CERSAM Leste e pede que seja formado uma comissão do CMS/BH para verificar as condições do prédio do CERSAM Leste e a sua destinação final. A presidente do CMS/BH, Anadil passa alguns informes dizendo que no dia 11/05/01, na Câmara Municipal, de 9:00 às 12:00 horas, haverá um seminário de Saúde Mental promovido pelo Vereador Arnaldo Godoy, sugere que neste seminário inclua o debate sobre a portaria de desospitalização da SMSA, aprovada por este conselho. O conselheiro Rogério Sena reforça o convite sobre o seminário de saúde mental da Câmara Municipal de BH, no dia 11/05/01 e reclama da falta de medicamentos da saúde mental nas unidades de saúde. O conselheiro Eduardo Barud disse que não recebeu a ata da reunião anterior e informa que o Fundacentro conjuntamente com o fórum de saúde e segurança do trabalhador de Minas Gerais, estará realizando um curso de avaliação de base de dados relacionados a saúde do trabalhador, vinculado ao programa nacional de melhores de estatísticas sobre doenças e acidentes do trabalho, terá oficina de trabalho, cujo objetivo é de fornecer de forma ágil subsídios para os técnicos e observadores para o uso de consulta de dados, de forma de promover projetos, atividades e análises, integração de dados sobre doenças relativas a saúde do trabalhador e informa que o seminário será realizado nos dias 21 a 23/05/01, de regime integral, solicitando que a mesa indique dois representantes para participar do evento. O conselheiro local de saúde Vila Cemig, Renato, coloca a questão da falta de medicamentos nos Centros de Saúde e a falta de um médico clínico geral no Centro de Saúde a três meses e questiona porque os usuários não podem ser atendidos no Centro de Saúde Barreiro de Cima, devido a área de abrangência e reclama também das condições físicas do Centro de Saúde Vila Cemig. A conselheira Cleide Donária disse que todos os dias as UPA's estão lotadas e que não é só nos dias de feriados e ponto facultativo, como a imprensa divulgou no final de semana. O conselheiro Robson propõe que a pauta seja invertida que a questão dos medicamentos seja discutida antes do Plano Municipal de Saúde. O secretário municipal de saúde, Dr. Evilázio disse que a SMSA tomará providências para que os centros de saúde não fiquem fechados nos feriados prolongados, que o seu sentimento de parcerias com o Conselho em resolver os problemas de saúde em BH, também entregou a mesa diretora os nomes dos representantes da SMSA no CMS/BH: Evilázio Teubner Ferreira, Heloíza Eustáquio Oliveira Freitas, José Maria Borges, Ivan Batista Coelho, Maria Cecília de Souza Rajão, Maria Auxiliadora Cobucci, Paulo César Machado Pereira e Sônia Lansk. A presidente do CMS/BH, Anadil coloca em votação as atas das reuniões anteriores dos dias 15/03 e 05/04/2001 e obteve uma retificação da conselheira Cleide que foi feita a leitura da mesma dizendo que a SMSA teria que verificar os glicosímetros dos centros de saúde da regional Barreiro, pois os pacientes estavam chegando a UPA Barreiro com o índice de glicoses alterados em até 200 mg, não podendo ser medicado, enquanto o exame não fosse refeito e a vacinação da Febre Amarela em excesso poderia trazer grandes reações ainda não prevista. As atas das reuniões do Conselho dos dias 15/03 e

60 05/04/2001, foram aprovadas por unanimidade. Em seguida presidente do CMS/BH, Anadil coloca em votação a  
61 inversão da pauta, passando a questão de medicamentos antes da apresentação do Plano Municipal de Saúde, proposto  
62 pelo conselheiro Robson Itamar, sendo assim, a inversão da pauta teve 22 (vinte e dois) votos, manutenção da pauta 4  
63 (quatro) votos e nenhuma abstenção. Antes de passar para o ponto da política municipal de medicamentos, a presidente  
64 informou sobre a última reunião da CTCA e CTF com os farmacêuticos responsáveis pelas farmácias distritais,  
65 realizada no dia 26/04/01. Disse que foi muito proveitosa e as câmaras técnicas tiraram como proposta solicitar uma  
66 auditoria geral na questão de medicamentos do SUS/BH. A coordenadora do Apoio Terapêutico da SMSA, Maria  
67 Vicencina da Costa Val fez uma explanação da política municipal de medicamentos baseados no documento entregue a  
68 mesa diretora do CMS/BH, que já se encontra no arquivo do conselho e fez um breve histórico da assistência  
69 farmacêutica no Brasil sobre as normas do Ministério da Saúde com relação aos medicamentos até chegar na política de  
70 medicamento do SUS/BH. O conselheiro Roges defende que a política de medicamentos seja vinculada a política de  
71 saúde do Ministério, da SMSA e da SES, vinculadas com as políticas sociais no país. A conselheira Joana pergunta ao  
72 Secretário, Dr. Evilázio se a portaria da SMSA/SUS/BH de N° 038 de 03/12/98, assinado pelo ex-secretário Marílio  
73 Malagutti, está sendo aplicado na dispensação de medicamentos no SUS/BH e coloca que essa portaria está causando  
74 problemas para os usuários pedindo a SMSA rever a portaria. O conselheiro distrital Roberto Luiz, pede que os centros  
75 de saúde sejam informatizados para controlar a dispensação de medicamentos. O conselheiro Eni defende que os  
76 genéricos sejam distribuídos nos centros de saúde. O conselheiro distrital Gerson Luiz pergunta a Vicencina o porque  
77 da falta de medicamentos para Tuberculose. O conselheiro Gilberto sugere que todos os centros de saúde tenham um  
78 farmacêutico para acompanhar o PSF. O conselheiro da comissão local de saúde da Vila Cemig, Renato, pergunta qual  
79 a posição da SMSA quanto a falta de um determinado medicamento nos centros de saúde e como é feita a substituição  
80 do mesmo para o usuário do centro de saúde que não pode recebê-lo em outra unidade que tenha o medicamento. O  
81 conselheiro Silvio sugere que a SMSA compre remédios genéricos para distribuição dos centros de saúde e propõe que  
82 o CMS faça uma discussão com o Conselho Regional de Medicina sobre a forma da prescrição médica nas receitas. A  
83 conselheira Cleide fala que na UPA Barreiro não tinha medicamentos para crianças e pergunta se as farmácias distritais  
84 não estão distribuindo os remédios para as UPA's. O conselheiro Robson disse que realmente estão faltando  
85 medicamentos nos centros de saúde e que juntamente com Vicencina comprovaram isto no Almoxarifado da PBH,  
86 proponho que seja encaminhando um ofício aos gerentes dos centros de saúde para desconsiderar a portaria assinada  
87 pelo ex-secretário Malagutti sobre a dispensação de medicamentos na rede SUS/BH, que vem causando sérios  
88 problemas para os usuários do SUS. O 2º secretário do CMS/BH, Jacó Lampert propõe trabalhar a questão dos  
89 genéricos na dispensação na rede pública, discutir com a rede metropolitana uma forma de trabalhar melhor esta  
90 questão dos medicamentos e também concorda de se ter um farmacêutico nos Centros de Saúde. O conselheiro Júlio  
91 César convida Vicencina para participar da próxima reunião do Conselho Distrital Leste, no dia 10/05/01 para discutir a  
92 questão de medicamentos. A ex-conselheira Rosseli pediu informações sobre os medicamentos que virão do Ministério  
93 da Saúde para o PSF e pergunta como vai se contratar os farmacêuticos para o PSF. A conselheira Cleide pede para o  
94 Secretário cancelar a portaria da SMSA de N° 038, de 03/12/98 que dispõe sobre a dispensação de medicamentos na  
95 rede SUS/BH. A presidente do CMS/BH, Anadil, coloca que todas as unidades de serviço mental devem ter um  
96 farmacêutico para distribuição de medicamentos. A conselheira Maria do Rosário confirma que faltam medicamentos e  
97 que deveria é abrir mais cooperativas na saúde mental. O conselheiro Roberto dos Santos disse que sua preocupação é  
98 com os medicamentos na mão dos Agentes Comunitários de Saúde e pergunta a Vicencina o porque dos 60% dos  
99 medicamentos são para as unidades de saúde e 40% para o HOB. A presidente do CMS/BH Anadil informa que a  
100 CTCA solicita ao plenário a aprovação de uma auditoria no setor saúde, pede aprovação para a mesma nesta reunião. A  
101 coordenadora do Apoio Terapêutico Maria Vicencina responde todos os questionamentos e disse que houve atraso no  
102 processo de licitação o que causou a falta generalizada de medicamentos na rede do SUS/BH, e que alguns  
103 medicamentos já estão sendo regularizados nos centros de saúde. Quem define o teto máximo de aplicação de recursos  
104 em medicamentos é a SMSA e o teto máximo é de R\$ 950 mil (novecentos e cinquenta mil reais) reais/mês. A SMSA  
105 está revendo este teto sobre a questão da falta de alguns medicamentos na área de saúde mental não é culpa da SMSA e  
106 pelo monopólio de cinco medicamentos da produção de um único laboratório no mundo que é o Novart. A política  
107 deste laboratório não é entrar em licitação pública, eles repassam essa função para os distribuidores de medicamentos.  
108 A Portaria N° 038/98 da SMSA, fala em sua primeira parte da prescrição é a cópia da legislação federal, principalmente  
109 quanto a questão do carimbo, da assinatura, da letra legível. A segunda parte fala que os medicamentos em uso agudo,  
110 todo usuário vai ser, vindo de qualquer cidade ou região e fala que não irá aceitar o cadastramento de pessoas de outros  
111 municípios que usam medicamentos agudos, atendendo os que já estão cadastrados. Os novos cadastramentos não irão  
112 ser feitos porque o Programa da Farmácia Básica já está vigorando em todos os municípios, que participam do Plano  
113 Estadual de Medicamentos. Em relação ao controle, não temos sistema de informação, vinculano-se os medicamentos  
114 crônicos que já tem cadastro e o usuário iria escolher o seu centro de saúde para receber estes medicamentos. Também  
115 disse que no momento que tiver o cartão SUS isto favorecerá a dispensação de medicamentos, porque possibilitará o  
116 controle para todos, disse que obtendo, mantém contato com a coordenação de Tuberculose do estado para manter a  
117 nossa cota de medicação desta doença. Disse que está previsto a contratação de farmacêuticos para o PSF, que todo  
118 cidadão que vier do interior consultar aqui e pegar uma receita gerada em BH vai pegar remédio em qualquer unidade

119 de saúde de BH. O Secretário Municipal de Saúde, Dr. Evilázio informa que passou de R\$ 950 mil (novecentos e  
120 cinquenta mil reais) do ano passado para R\$ 1.200 mil (hum milhão e duzentos mil reais) reais/mês este ano, os gastos  
121 com medicamentos e que no dia 04/05/01, vai se reunir com o Secretário Municipal da Política Social para discutir esta  
122 questão sobre a Portaria da SMSA Nº 038/98, de 03/12/98, que a orientação é não para olhar a questão geográfica no  
123 atendimento dos usuários na questão de medicamentos, mas que é preciso também discutir esta questão dos  
124 medicamentos com outros municípios da região metropolitana. A presidente do CMS/BH, Anadil apresenta ao plenário  
125 do CMS/BH a jornalista Joelma Stelling, que será nova assessora de Comunicação do CMS/BH e em seguida passa  
126 para os encaminhamentos de discussão dos medicamentos. O conselheiro Robson pede a revogação da Portaria da  
127 SMSA/SUS/BH, Nº 038/98 que dispõe sobre a operacionalização e controle da prescrição e dispensação de  
128 medicamentos, baseado no que ela fere a universalidade do SUS. A presidente do CMS/BH, Anadil disse que esta  
129 Portaria já foi revogada por este Conselho e a SMSA não cumpriu, agora novamente recomenda a Secretaria que a  
130 revogue, o encaminhamento é aprovado. A presidente do CMS/BH, Anadil coloca em votação a proposta da realização  
131 imediata de uma auditoria sobre a questão dos medicamentos na capital nas seguintes unidades: almoxarifado central,  
132 farmácias distritais, PAM's, UPA's, CERSAM's, CERSAT, centros de convivências e todos os centros de saúde,  
133 visando a readequação da compra, armazenamento e distribuição a população e que tal procedimento seja realizado pela  
134 auditoria geral do município. A proposta foi aprovada pelo plenário. A presidente do CMS, Anadil agradece a presença  
135 de Vicencina que falou sobre a política municipal de medicamentos do SUS/BH, em seguida passa para o outro ponto  
136 de pauta que é a apresentação do Plano Municipal de Saúde de Belo Horizonte para quadriênio 2001/2004. O  
137 conselheiro Robson coloca que faça uma apresentação do plano e encaminhe para as câmaras técnicas para depois ser  
138 aprovado pelo plenário do Conselho. A presidente do CMS/BH, Anadil disse que hoje não será aprovado o plano e sim  
139 a sua apresentação. O conselheiro Roges disse que depois que o plano tramitar pelas câmaras técnicas que seja marcada  
140 uma reunião extraordinária do CMS para aprová-lo ou não. O coordenador da comissão de elaboração do Plano  
141 Municipal de Saúde, Paulo César Machado coloca que este ponto tinha dois objetivos, 1 – que o Secretário Municipal  
142 de Saúde entregasse formalmente ao conselho o Plano e 2 – que apresentasse de fato o plano desde o início até a sua  
143 finalização para o conselho debatê-lo profundamente e que este plano é muito importante para o gestor. Informou  
144 também que se este plano fosse aprovado hoje, entraria de 4 a 6 milhões reais/mês do Ministério da Saúde, conforme o  
145 NOAS 01/01 – Norma Assistencial a Saúde, isto significaria dinheiro novo, pede que o Conselho agilize essa  
146 aprovação, o Plano é para analisar, debater e se necessário fazer algumas modificações. O 1º secretário do CMS/BH,  
147 Paulo César, propõe que faça reuniões extraordinárias do CMS/BH no mês de maio para que possamos estudar o Plano,  
148 em vez de ser nas câmaras técnicas. O consultor técnico e membro da comissão de elaboração do Plano Municipal de  
149 Saúde, José Maria Borges disse que a demora de fazer o plano foi um momento muito rico para oferecer um  
150 instrumento de forte conteúdo ao Conselho, que foi amplamente discutido com técnicos e trabalhadores da SMSA e que  
151 agora estamos pedindo para o Conselho que o aprove com rigidez porque na verdade a SMSA não sabia que se tivesse  
152 o plano entraria esse dinheiro extra. Em nome da comissão, José Maria Borges faz homenagem ao coordenador da  
153 comissão pelo seu esforço em participar da coordenação de comissão, no final de sua fala também falou em nome do  
154 Secretário Dr. Evilázio e entregou oficialmente o Plano Municipal de Saúde de Belo Horizonte referente ao quadriênio  
155 2001 a 2004, para o Conselho Municipal de Saúde debatê-lo com toda a sociedade belorizontina. Em seguida os outros  
156 membros da comissão Rosalina e Maria Cristina também falaram sobre a entrega do Plano e disseram estar muito  
157 satisfeitas, principalmente a Rosalina que cobrou este plano há sete anos atrás, enquanto conselheira deste CMS/BH e  
158 que isto se torna rotinas tanto para a Secretaria quanto para o Conselho. Informou que o plano foi elaborado com base  
159 nos relatórios finais da VI Conferência Municipal de Saúde e da I Conferência do Orçamento Participativo da Saúde. O  
160 conselheiro Roges defende que o Plano seja discutido nas câmaras técnicas. A presidente do CMS/BH, Anadil disse  
161 que o prazo ideal é de 30 dias para sua aprovação. A representante da comissão do Plano, Maria Cristina disse que foi  
162 muito bom ter participado da comissão de elaboração do Plano e que o mesmo traz o diagnóstico da rede SUS/BH e as  
163 propostas elaboradas para serem debatidas com o Conselho. O conselheiro Silvio propõe o prazo final para deliberação  
164 final do Plano para o dia 31/05/01, como reunião extraordinária. Em seguida a presidente do CMS/BH Anadil informa  
165 que serão contratados 513 funcionários terceirizados para a área administrativa da SMSA através da concorrência  
166 001/2001 e informa que fez uma reunião com os Sindicatos da área de saúde, no dia 01/05/2001 e faz a leitura da ata da  
167 reunião que no seu final propõe que o CMS/BH solicite a suspensão imediata das contratações terceirizadas e que em  
168 seu lugar a realização seja realizado um concurso público para esta área. O conselheiro Geraldo Eustáquio criticou a  
169 terceirização e propõe a suspensão da licitação de contratação dos terceirizados para área administrativa do CMS e que  
170 aconteça um concurso público. O 1º secretário do CMS/BH, Paulo César esclarece que a contratação não é de 513  
171 funcionários novos, apenas 50 serão novos contratados, porque 463 já são funcionários terceirizados que já estão  
172 trabalhando, a licitação apenas é para regularizar, pois a mesma já está vencendo e informou que esta informação já foi  
173 passada pela Mesa Diretora e pediu para que os conselheiros tenham cautela em colocar estas propostas agora, disse  
174 que no Plano Municipal de saúde tem propostas para ir reduzindo as terceirizações. Após algumas discussões no  
175 plenário se votassem ou não a suspensão de terceirização, foi feito um acordo com o 1º secretário do CMS/BH com os  
176 conselheiros Silvio, Cleide, Roberto Francisco, Roberto dos Santos, Roges, Joana, Anadil que não votasse a suspensão,  
177 mas que fosse feita uma resolução que contemplasse a redução da terceirização que a SMSA forneça a listagem dos

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
BELO HORIZONTE - MG

178 atuais funcionários e dos que irão ser contratados e que não houvesse demissão a não ser por justa causa, que o  
179 Conselho acompanhe todas as licitações e na parte do Jornal do Conselho fosse incluído a crítica desta contratação de  
180 funcionários terceirizados. Que se crie o quadro da saúde e que o CMS/BH tenha acesso aos contratos das empresas  
181 terceirizadas. Em seguida as conselheiras Joana e Lúcia Maria foram escolhidas representantes do Conselho no comitê  
182 estadual de prevenção a mortalidade materna. As conselheiras Dalva e Rosseli foram escolhidas para representarem o  
183 CMS/BH no curso de avaliação de base de dados do fórum de segurança do trabalhador, nos dias 21 e 23/05/2001, na  
184 Fundacentro. Foi eleita a comissão para visitar o prédio do CERSAM Leste, os seguintes conselheiros: Joana, Roberto  
185 dos Santos, Lúcia Maria, Cleide Donária, Roberto Francisco, Paulo César, Roges, Rogério Sena, Maria da Glória,  
186 Josefa Maria, Dalva Imaculada, José Geraldo, Anadil Benedita e Júlio César. Os conselheiros que estiveram presentes a  
187 reunião: Anadil, Antônio Amâncio, Cleide Donária, Eduardo Barud, Efigênia Maria, Evilázio Teubner, Fátima Regina,  
188 Geraldo Cunha, Geraldo Eustáquio, Gilberto Pinto, Ivan Braga, Jacó Lampert, Jorge Lúcio, Maria da Glória, Maria do  
189 Carmo, Paulo César, Roberto dos Santos, Roberto Francisco, Robson Itamar, Rogério Soares, Roges Carvalho, Romélia  
190 Rodrigues, Silvio Amorim, Eni Carajá, Nadir Ribeiro, Aparecida Rossi, Lauro Mendes, Josefa Maria, Joana da  
191 Conceição, Maria do Rosário. Justificaram: Ednéia Aparecida, Irma Pires, Rosângela Ribeiro, José Carlos, Cleá da  
192 Mata, Edirany Almeida, Maria Helena. Às 19:00 horas, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi  
193 lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pela presidente e pela secretária geral do Conselho  
194 Municipal de Saúde. Belo Horizonte, 03 de maio de 2001  
195 JOM/vld